

Valorize a área tecnológica catarinense: vote num profissional candidato

**Valorize a área tecnológica catarinense:
vote num profissional candidato**

A gestão urbana e rural de nossas cidades requer, assim como probidade administrativa, muita competência técnica. É preciso que haja um resgate do conteúdo técnico, garantindo-se assim uma concepção integrada e contínua de soluções para as demandas do desenvolvimento com sustentabilidade.

O CREA-SC [divulga AQUI](#) o nome dos profissionais do sistema que são candidatos nas eleições do dia 7 de outubro, para prefeito, vice-prefeito e vereador em Santa Catarina. Os dados foram coletados por meio de arquivos do TRE-SC enviados no dia 21.08, considerando os profissionais regulares com o Conselho. O arquivo gerado lista 288 profissionais, sendo que destes 42 concorrem ao cargo de prefeito, 20, vice-prefeito e 226 para vereador. A tabela tem link direto com o site do TRE-SC, onde estão todas as informações dos candidatos por município.

“Aproveitando este momento que antecede as eleições municipais, o CREA-SC convida aos profissionais para mobilizarem-se, seja através de suas Entidades de Classe ou em conjunto com as inspetorias ou outras organizações regionais, ressaltando a importância de votar e, principalmente, do que significa para o Estado e para o próprio sistema ter um profissional representando-os na esfera política”, assinala o presidente do CREA-SC, Eng. Civil e de Seg. do Trabalho Carlos Alberto Kita Xavier, lembrando que o poder político dos profissionais perante a sociedade é proporcional a sua mobilização nas entidades e associações.

Engenharia Pública – Para o presidente Kita, um dos motivos

para a importância da ocupação de cargos políticos por profissionais do sistema é a necessidade do fortalecimento da Engenharia Pública – Lei [nº 11.888, que](#) vigora desde dezembro de 2008, e precisa ser aplicada efetivamente nos municípios brasileiros. Outra questão é o Programa Minha Casa Minha Vida, que requer maior participação técnica na elaboração dos projetos.

“Nossos profissionais precisam trabalhar para a implantação de serviços municipais que garantam à população de baixa renda assistência técnica gratuita na construção de moradias populares, elaboração de projetos, reformas, ampliação nas áreas de urbanismo, de acordo com a lei 11.888, assegurando também a sustentabilidade ambiental e o ordenamento urbano, além de estar presentes em questões relacionadas ao meio ambiente em geral, como a gestão de recursos hídricos, minerais e energéticos, trabalhando ainda pela mobilidade e acessibilidade urbanas”.